



PRÁXIS E CUIDADO À CASA COMUM

PRAXIS AND CARE FOR THE COMMON HOME

Odirlei Arcangelo Lovo¹

e321171

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i2.1171>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o ato humano como práxis em desenvolvimento, de modo que toda pessoa é chamada a administrar a Casa Comum, propiciando espaço de acolhimento, comunhão e fraternidade. Narrar o ser humano como administrador da Casa Comum, se justifica na busca de suscitar necessidades para a sustentabilidade da vida. Pontua-se sobre as dimensões de sociabilidade, de economicidade e de parentalidade, em perspectiva de que esta base deve elucidar a necessidade de pensar o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade enquanto princípios de prosperidade humana. A vida necessita ser planejada em unidade e partilha, implica reconhecer que a parentalidade deve estar à serviço de um projeto maior e universal. Sobre estas perspectivas se é chamado/mandado a edificar e desenvolver a Casa Comum que possibilite práxis sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Administrador. Essência Administrativa. Casa Comum. Economicidade; Família.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the human act as a praxis in development, so that every person is called to manage the Common House, providing a space for reception, communion and fraternity. Narrating the human being as administrator of the Common House is justified in the search to raise needs for the sustainability of life. It is pointed out, on the dimensions of sociability, economy and parenting, in the perspective that this base should elucidate the need to think about the common good, subsidiarity and solidarity as principles of human prosperity. Life needs to be planned in unity and sharing, it implies recognizing that parenting must be at the service of a greater and universal project. Based on these perspectives, one is called/mandated to build and develop a Common House that enables sustainable praxis.

KEYWORDS: Administrator. Administrative Essence. Common house. Economics. Family.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade humana para com cada pessoa é resultante da formação da consciência humana e se faz, à medida que ela é inserida na vida e vivência humana. A terra é espaço ventrino, onde a pessoa é apresentada ao Jardim, precisa ser educada para cultivar e guardar a Criação em face ao desenvolvimento sustentável, assim o ambiente de vida de cada ser humano resulta em responsabilidade.

A família – parentalidade é a unidade primeira da família humana – humanidade, todavia, há de se notar que a família tem se fechado em si mesma, neutralizando os laços de unidade e fraternidade humana. Hodiernamente se tem observado inúmeras situações de violência e ódio que consistem em negar o próximo, absolutizando a si mesmo. A egolatria, o gnosticismo e o aniquilamento do pensamento de família humana, têm dificultado e até impossibilitado o próprio ser humano de pensar a sua humanidade.

¹ Professor na UNIR - Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Teologia pela PUC/PR (2019). Mestre em Administração pela FEAD/MG (2013). Especialista em Docência do Ensino Superior pela FAP (2009). Graduado em Ciências Contábeis pela UNIR (2003).



É necessário pensar a pessoa, a concepção, a dignidade humana e a partir destes elementos pensar formas adequadas de administrar as necessidades, as possibilidades e os subsídios que se tem à disposição. É necessário dar ênfase que não se deseja pensar sistemas de controles, seja ele social, econômico, ou parental, mas prover a formação da consciência de pessoa, para que assim, segundo os dons de cada pessoa se possa administrar a Criação.

Tem-se consciência de que a concepção do Jardim se faz em função da transcendência da pessoa, quando se aponta para o espaço e tempo se faz no sentido de que é necessário o Jardim para que o ser humano possa se edificar. Neste sentido, a terra – conjuntos de todas as coisas Criadas - é administrada para prover a vida humana em direção à razão de sua existência.

O planejamento da pesquisa, os esquemas de resolução dos problemas e a objetivação das hipóteses permitiram aos pesquisadores aproximarem-se dos objetivos e, com isso, a pesquisa fomenta narrativas verificáveis. A pesquisa foi desenvolvida sobre afirmativas administrativas e teológicas e enquanto 'pano de fundo' fomenta-se a parentalidade, a economicidade e a sociabilidade humana.

É afirmativa a associação e inter-relação, enquanto metodologia, entre Teologia e Administração, de modo que a esponsalidade significa administrar a criação em sintonia com o que é bom, belo e verdadeiro e, por isso, há práxis teológica e à medida que se faz teologia compreende-se como administrar a Criação e, neste sentido, subentende-se que “a vida que Deus oferece ao homem é um dom pelo qual Deus participa algo de Si mesmo à sua criatura” (JOÃO PAULO II, 1995, nº 34).

Eis que “Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2,15). Sendo dever do ser humano cultivar o jardim, insere-se o momento posterior, a necessidade de administrar e cocriar. Administrar e dar significado, sentido e possibilidades ao que existe, avançando sobre o que não é possibilitado, mas que se alça em ser possibilitado, no futuro, pela ação humana, mediante a essência administrativa.

O humano sempre se desenvolve, mediante a essência administrativa e se torna ato administrativo na criação. Enseja-se que a esperança é constitutiva da ação necessária em perspectiva do reino esperado, é preciso compreender que “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (FRANCISCO, 2015, nº 116).

Diante do que se apresenta em epígrafe, procurou-se a elucidação de questões que estão relacionadas ao ser humano, vertendo-se a compreendê-lo como administrador da Casa Comum. Mediante os procedimentos metodológicos, conduziu-se às possibilidades, às interpretações e às informações, na afirmativa que “uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores” (BRUNER, 2002, p. 46).

A narrativa tem por finalidade explorar, aprofundar e dar respostas às particularidades onde a realidade não pode ou não deve ser quantificada, particularizando ainda que “Uma verdadeira



pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias” (CLANDININ; CONELLY. 2011, p. 18).

Para explorar o universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores e práxis humana, utilizou-se para a narrativa dois núcleos fundamentais de dados, textos e informações, a saber: os documentos que constituem a (DSI) – Doutrina Social da Igreja; e os documentos que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar, segundo a igreja católica. O uso desses dois núcleos tem por base sua universalidade, isto é, documentos que se destinam a toda a humanidade, diante dos dons de cada pessoa.

Cada um dos itens da pesquisa foi desenvolvido tendo por base os textos/documentos apresentados. Como pontos de discernimento, pesquisou-se fontes/obras para dar às narrativas sentido de diálogo, com fundamentações de teólogos que não estão inseridos nos dois núcleos apresentados. As obras foram escolhidas pelo próprio pesquisador, tendo como critério a afinidade com o texto, sendo este o critério metodológico para sua escolha.

1 AMAR E ARBITRAR A VIDA

Amar é a virtude sobre a qual se edifica a humanidade, eleva o ser humano a esponsalidade; é amor que implica uma condição de vida, em escolha de agradecer, zelar e dar continuidade ao mundo que vivemos. Onde se vê a vulnerabilização, vê-se a ausência de práxis sustentáveis, ou seja, um local de onde o ser humano impossibilitou a gratuidade, neste sentido, é preciso uma administração que possibilite subsidiariedade, mesmo porque, o tempo é superior ao espaço.

É por ter livre-arbítrio que cada pessoa pode negar-se à esponsalidade com o Criador, isto é, negar a essência pela qual o homo *ad-minister* é o húmus da terra. Há no livre-arbítrio, a possibilidade do pecado, não por ser implícito, mas porque há a possibilidade de negar a si mesmo, o próximo e a criação.

A Criação é, em termos de observação humana, visível e não visível em termos da ação humana, matéria palpável e não palpável. A essência administrativa é práxis, relação com o Criador na qual se espera à futuridade de pessoa. O ser humano é o ato administrativo e cocriador que possibilita administrar a criação de forma a dar à criação sua condição de prosperidade e desenvolvimento.

O humano é habitado pelo Si de Deus, que o possibilita agir segundo o Espírito Criador. Assim, a própria criação, mediante o agir humano pode valer-se de observar, interferir e aprimorar-se. A atitude que consiste em ser o ato administrativo no mundo, se faz necessária porque “Nossa existência consiste na aceitação ou recusa do mistério que nós somos, como pobre-estar-referidos ao mistério da plenitude” (RAHNER, 1969, p. 66), nessa aceitação ao mistério está o direcionamento de nossas atitudes à vida.

O Humano é Ser em relação, é ser na relação cuidadosa e no desenvolvimento de si mediante a comunhão e o agir com o próximo e isso se explica na saudação amorosa de Adão a Eva, “como carne da sua carne e osso dos seus ossos” (cf. Gên 2, 23)” (JOÃO PAULO II, 1988, nº 6). O ser humano assume o próprio dever de compreender-se diante de atitude de vida e vivência e “Deus



assumiu a natureza humana porque tal natureza, em virtude de sua essência, é aberta e assumível” (RAHNER, 1969, p. 29).

Deus cria do nada (ex-nihilo) aquilo que é por si mesmo a criação, e na criação possibilita a imagem de Si, na práxis de vida operativa e contemplativa. A atitude humana que consiste em revelar a essência administrativa possibilita a vivência humana, onde o casal “Desde o início aparece como ‘unidade dos dois’, e isto significa a superação da solidão originária, na qual o homem não encontra um ‘auxiliar que lhe seja semelhante’ (Gn 2, 20)” (JOÃO PAULO II, 1988 nº 6).

Volta-se a mencionar a solidão original no humano e, por isso, é um ser para comunhão esponsal. Por sua vez, “A esta ‘unidade dos dois’ está confiada por Deus não só a obra da procriação e a vida da família, mas a construção mesma da história” (JOÃO PAULO II, 1995, nº 8). Assumir-se administrador e cocriador da história é elevar-se a amar, envolver-se com a vida na criação, um gesto de cuidado que, diante da uniduidade, se apresenta para o comprometimento do “Façamos à nossa imagem e semelhança” (Gn 1,26) arbitrando novas vidas.

Arbitrar a vida a uma pessoa é dedicar-se a envolvê-la na relação de si mesmo, é a comunhão com a origem da vida, é a comunhão com a história da vida, é a vivência escatológica de se estar e ser. Há de reconhecer que o ser humano não sabe o futuro da história, que é capaz de entristecer-se ao não ser capaz de sentir que há futuro/escatológico e que a cada ser humano encontrado há um expectar que salva o ser humano da solidão original.

2 TERRA ESPAÇO VENTRINO DE HUMANIDADE

Enfatiza-se a solidão original e assinala a essência administrativa que propicia administrar e cocriar o reino em esponsalidade com o Criador. O ser humano não é um ser dualista, mas um ser social, que vive com o outro e no outro a própria vida; assim, sermos imagem e semelhança, implica dizer que este se direciona ao outro, mais precisamente em direção à sociabilidade.

A saudação na qual se reconhece o próximo “como carne da sua carne e osso dos seus ossos’ (cf. Gên 2, 23)” (JOÃO PAULO II, 1988, nº 6) não é unicamente por ter encontrado uma esposa, mas é precisamente por ter-se visto em imagem e semelhança. Portanto, alegrar-se com o humano é louvor, “e a vida, sobretudo humana, pertence unicamente a Deus: por isso, quem atenta contra a vida do homem, de algum modo atenta contra o próprio Deus” (JOÃO PAULO II, 1995, nº 9).

Atentar contra a vida humana acontece também quando o filho gerado se torna um pseudo motivo para subtrair da humanidade subsídios que só privilegiam o filho/parentalidade. Francisco (2016) enfatiza que “a mulher grávida pode participar deste projeto de Deus, sonhando o seu filho: ‘Toda a mãe e todo o pai sonharam o seu filho durante nove meses’” (FRANCISCO, 2016, nº 169).

Isto não é uma criação ao acaso, há acima de todas as coisas um saber pessoa que planejou e compreende o que está acontecendo, a criação que é sustentada e que se desenvolve e aos poucos contribui efetivamente para ser uma criação autônoma, em esponsalidade e dinamismo entre Criador e as criaturas.

Aqui é possível denotar que não se está na dualidade de separar os frutos em frutos do bem e do mal, mas de se observar o que há de bom em cada um dos frutos. Assim, na terra, enquanto



espaço ventrino (ventre/criação), se celebra e vive com antecedência as possibilidades de um mundo sem a presença do mal, “se na escritura se fala que quem ama o próximo cumpriu a lei, esta é a suprema verdade, porque Deus se fez este próximo mesmo” (RAHNER, 1969, p. 29).

Assim, o próprio ato de a criatura se observar sendo criada e edificada enquanto um si e enquanto ser social que vive sob uma base original das coisas criadas, fomenta que a criatura humana contribui e colabora com a Criação. O sim ao mandado de cuidar e guardar do mundo é percepção da práxis humana em auxílio ao criador “o Verbo divino e a natureza humana criada, que não pode fazer esquecer que, justamente uma delas, a realidade criada, é aquela do logos de Deus Mesmo” (RAHNER, 1969, p. 73).

A esponsalidade permite que a pessoa faça aquilo que Deus faria, se fosse limitado e apresentasse as mesmas características do ser humano, em sua contingência. O ser humano é, então, aquilo que é Deus, na limitação de si mesmo, por isso imagem e semelhança, o ato administrativo e práxis sustentável,

Somente dentro do esquema fundamental esboçado, no qual o espírito não é o estranho a realidade material, mas o chegar-a-se-mesma dessa realidade corpórea, se torna compreensível que não uma ideia geral, mas uma realidade concretamente corpórea possa ser aquilo que realmente salva e é eternamente válido; que o cristianismo, corretamente compreendido não possa ser propriamente um ‘idealismo’ (RAHNER, 1969, p. 128-129).

Não se fala de uma ideia na qual o humano se salva, mas do ato amoroso, que Cria e Governa, e do ser humano que pode cocriar e administrar a criação. Fala-se da consciência do ato humano em sua relação com o que é bom, belo e verdadeiro, a esponsalidade humana com o Criador.

A criação é o espaço ventrino que supera o tempo enquanto possibilidade de agir e aceitar agir em conformidade com o espírito criador. É o ventre do aprendizado e desenvolvimento de cada pessoa e do reino. Aqui reside uma significativa oportunidade de compreender a amplitude de doar-se, sem negligenciar a si. A terra é o ventre no qual a vida humana é possibilitada a ser concebida, para que o próprio ser humano possa conduzi-la.

Se, em algum momento, o casal humano foi conclamado a ser fecundo e a multiplicar-se, esse chamado/mandado deve ser atendido na realização de um “ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda a criatura” (Mc 16,15). Ao humano, é dada a oportunidade de desenvolver-se, essa oportunidade é primeiramente adversa a uma possibilidade de escolher existir, todavia reside na decisão de quem já existe, pode-se dizer então que existir é necessário, mas não é o suficiente.

3 HUMANIDADE E A GENEALOGIA QUE HERDAMOS

A partir da concepção, há o agir em liberdade e responsabilidade, segundo as leis inscritas em si, nas quais reside a administração e cocriação dos genitores, pois é desses o “gravíssimo dever de transmitir a vida humana, pelo qual os esposos são os colaboradores livres e responsáveis de Deus Criador” (PAULO VI, 1968, nº 1), a consciência é um dos frutos da dignidade da pessoa e não o inverso.



A herança de parentalidade é uma espécie de reputação “no hall” dos indivíduos de uma linhagem genealógica, “Somos herdeiros do trabalho de gerações e ao mesmo tempo artífices do futuro de todos os homens que viverão depois de nós” (JOÃO PAULO II, 2004, nº 274). Aqui é de se notar não apenas o carinho e cuidado com os filhos, mas a relação que se estabelece com as gerações, e isso é uma prova de que as relações estabelecidas por humanos estão para além de ímpetus não controláveis.

É na relação que o ser humano se expects aos cuidados com a parentalidade e nela com toda a família humana, por isso, Jesus estende a comunhão da linhagem biológica/parentalidade para os que fazem a vontade do Criador, uma espécie de linhagem genealógica que reconhece a pessoa na práxis de vida e vivência. Ser pai/mãe é possibilitar, é o aprender que não importa a condição que o direciona ao ser, é a decisão que é íntimo-pessoal, ou seja, se processa no livre-arbítrio humano diante das relações com a Criação.

É válido salientar que possibilitar decidir é promover o livre-arbítrio na base do Jardim, não é um fator de gerar condições para que a decisão de um valha para o outro, é uma atitude interrogativa que se faz na corporeidade consciente do outro uma necessidade de decisão. O Jardim é, portanto, a base sobre a qual se tomam decisões, “Dorothee Solle observa que uma ‘teologia política’ precisa apenas admitir que, através de mudanças específicas nas estruturas sociais, ‘o número de força que hoje compelem pecar pode ser diminuído’” (SPONHEIM, 1987, p. 453).

Por vezes, discussões intermináveis não adiantam de nada, porque a decisão já foi tomada em cada uma ou em uma das mentes, então, o que há na discussão são processos e tentativas de submissão do outro. Nesse caso, a decisão não é algo posterior, aconteceu de forma primeira e a discussão, na verdade, é uma forma de atribuir sentido à decisão já tomada, é uma atitude que visa justificar uma decisão que se contradiz à união e ao diálogo. Nesse sentido, a esponsalidade é decidir-se por viver diante da família humana e não um processo no qual apenas se comunicam as decisões individuais.

Sobre a parentalidade entende-se que “No lar, as decisões não se tomam unilateralmente, e ambos compartilham a responsabilidade pela família; mas cada lar é único e cada síntese conjugal é diferente” (FRANCISCO, 2016, nº 220). Quando o casal vive a conjugalidade em esponsalidade com o Criador, tudo se complementa, tudo é diálogo, os filhos se tornam a viva presença da própria humanidade como que um prolongamento das pessoas de seus pais.

O filho sente que tem local para repousar e que o humano, quando visto como cocriador e administrador da Criação é proclamado com a ênfase que roga “é muito bom” (Gn 1,31). Quando a parentalidade se fecha em si mesma, permite-se viver sob a perspectiva de se apropriar ao máximo dos bens e frutos do Jardim, tornando-os proibidos ao próximo e, com isso, busca dar sentido ao próprio projeto e não ao desenvolvimento do mundo, nossa casa comum.

Movimenta-se pelas decisões tomadas, a principal delas é referente ao próprio ato que possibilita a vida humana, aceitar ou não aceitar a vida é o que tem movido a humanidade ao encontro dos transcendentais. Expectar é decidir, viver a responsabilidade de um ser em



esponsalidade, uma decisão, irreversível, inegável, indissolúvel, que visa conduzir, cada pessoa ao Bom, ao Belo, e ao Verdadeiro, no Jardim contingente e em desenvolvimento, da Criação.

A dignidade da pessoa não está associada ao estágio de consciência, sendo por sua vez, apenas elementos da pessoa e não a pessoa em si. A consciência é um estágio de desenvolvimento característico, mas não exclusivo do ser pessoa. Pelos dons recebidos, a consciência deve manifestar o cultivar e guardar toda criação, desde a sua concepção. A consciência será fruto de elevada importância para mundo em desenvolvimento, cada pessoa é, então, intérprete de essência administrativa, o humano se torna autor e possibilita a capacidade de reconhecer a dignidade desde a concepção.

A vivência oferece o livre-arbítrio, a inteligência, a responsabilidade, e a expectativa, mas, só diante da verdade o livre-arbítrio pode dar leveza e suavidade a um encontro, onde a palavra é só um dos elementos da comunicação, o ruído é mínimo, pois a esponsalidade da relação propõe vida. O livre-arbítrio, a inteligência e a responsabilidade são elementos indissociáveis para a comunhão de vida e vivência humana.

4 PARENTALIDADE E PARTILHA

A consciência, em esponsalidade com o Criador, possibilita cocriar e administrar os mistérios da própria vida, por isso, se é criatura em livre-arbítrio, em um jardim criado para o desenvolvimento da própria criação. Partilha-se da vida, no envolvimento e desenvolvimento de cada ser concebido, sob o conceito de liberdade social, porque, “a consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser” (PAULO VI, 1965, nº 16).

Quando se escolhe permanecer no mistério da vida – esponsalidade – se aceita ser, em família, o administrador e cocriador da Criação e a consciência é exponenciada pela essência administrativa, pois “graças à consciência revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo” (PAULO VI, 1965, nº 16). Fatos como esses se tornam possíveis porque há no ser humano a essência administrativa que o envolve na administração e cocriação do único e acolhedor lar que pode abrigar a vida humana. Segundo Lovo (2022, p. 8) “o ser humano, mediante a essência administrativa, propulsa a práxis que proporciona vida de acordo com os subsídios, as necessidades, e as possibilidades, isso é promover uma economicidade sob a perspectiva da prosperidade participativa e compartilhada”

Pessoa em livre-arbítrio é não ser manipulador, e nem manipulado, nem escravo e nem escravizador; consiste em aprender a ser com o outro, e que o conceito de partilha preceder o ter. É o humano então, cocriador e administrador dos mistérios, e “pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social” (PAULO VI, 1965, nº 16).

É em esponsalidade com o Criador que é permitido a pessoa adentrar os mistérios da vida; o livre-arbítrio possibilita a ciência e consciência, e resolver os problemas é tornar-se um administrador dos mistérios, é o agir humano com o qual se espera a imagem e semelhança de todas as coisas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PRÁXIS E CUIDADO À CASA COMUM
Odirlei Arcangelo Lovo

boas. Nesse sentido, é possível pensar sobre a onipresença, onipotência e onisciência de Deus, e indagar, se não seria hora de se buscar um equilíbrio entre a presença, a potência e a ciência humana.

Hoje, muitos projetos científicos se tornaram tão onerosos que se torna necessário instituir ministérios da ciência, nos quais se faz política científica. Se a ciência é ligada à política, então as ciências e os cientistas estão num contexto político, quer queiram, quer não (MOLTIMANN, 1993, p. 49).

Dessa forma, no matrimônio, o casal conduz a vida humana em livre-arbítrio, tomando por base a cultura, o patrimônio e a comunidade política na qual está inserido, sendo, portanto, sempre um desafio que se realiza em esponsalidade. Se a forma que se tem de observar as pessoas é mediante as posses e parentalidade, algo está errado e é preciso que se tenha tempo para contemplar o humano, desimpedido de utilitarismos e familismo.

Quando a parentalidade se estabelece como ponto onde se devem concentrar os bens do mundo, esvai-se a práxis de ação cocriadora e administradora do reino. O reinado que provém de uma nação cujo absoluto não direciona ao Bom, ao Belo e ao Verdadeiro, nunca alcançará a formação da consciência da pessoa, será sempre um modelo de negação ao modo de agir no qual se possa reconhecer e tutelar a dignidade à vida humana, ao passo que:

Tudo isto se pode resumir afirmando mais uma vez que a liberdade econômica é apenas um elemento da liberdade humana. Quando aquela se torna autônoma, isto é, quando o homem é visto mais como um produtor ou um consumidor de bens do que como um sujeito que produz e consome para viver, então ela perde a sua necessária relação com a pessoa humana e acaba por alienar e oprimir. (JOÃO PAULO II, 1991, nº 39)

O espírito de avareza que arrasta o passado e busca desesperadamente as posses, nega por si mesmo a eternidade; portanto, ao negar-se ao futuro não se permite compreender a leveza do presente, tudo aquilo que há entre a Graça e a Providência Divina é alcançada mediante a essência administrativa humana. O presente é a dimensão humana que comporta a realização, portanto, a própria eternidade torna-se leve, boa e verdadeira, João Paulo II (1991) preconiza que,

É necessário reconduzir o conceito de alienação à perspectiva cristã, reconhecendo-a como a inversão dos meios pelos fins: quando o homem não reconhece o valor e a grandeza da pessoa em si próprio e no outro, de fato priva-se da possibilidade de usufruir da própria humanidade e de entrar na relação de solidariedade e de comunhão com os outros homens para a qual Deus o criou (JOÃO PAULO II, 1991, nº 41).

Aqui há de salientar que o humano não tem uma missão; o humano é missão, e por estar em livre-arbítrio é uma missão dada a si mesmo, e “Ter’ objetos e bens não aperfeiçoa, de per si, o sujeito humano, se não contribuir para a maturação e para o enriquecimento do seu ‘ser’, isto é, para a realização da vocação humana como tal” (JOÃO PAULO II, 1987, nº 28). Quando o humano delimita seu cuidar à parentalidade, perde sua sociabilidade e passa a agir em seu próprio projeto, negando-se a sustentar o projeto de Reino e o modo de reinar/administrar, um Jardim possibilitado à vida humana. É diante do agir humano que se pode contribuir para a onipotência divina, pois é um zelar do livre-arbítrio.

5 UMA VIDA QUE JÁ É ETERNA

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



A eternidade é possibilitada a pessoa, mediante a esponsalidade, relação que envolve a vida humana, a natureza criada e o próprio Criador; essa, por sua vez, propulsa a práxis, mediante a essência administrativa, que permite conceber a escatologia e possibilita a reflexão a respeito das últimas coisas, do *escathon*, daquilo que se estabelecerá como realidade na esponsalidade com o Criador.

A perspectiva escatológica leva, o ser humano, a refletir sobre as coisas que permanecem, e o que é eterno, ou seja, é o convite a fazer e refletir a respeito daquelas realidades que se vive e que permanecerão também no eterno. A plenitude do tempo comporta todos os lugares/espacos, em todos os tempos, em todas as dimensões, aqui se desmitificam dimensões no sentido de passado, presente, expectativa e futuro e, nesse sentido, eleva-se ao eterno que compreende o Reino em uma dimensão de esponsalidade.

O Senhor quis o ser humano como Seu interlocutor: somente no diálogo com Deus a criatura humana encontra a própria verdade, da qual extrai inspiração e normas para projetar a história no mundo, um jardim que Deus lhe deu para que seja cultivado e guardado (cf. Gn 2,15), (JOÃO PAULO II, 2004, nº 452).

Mediante a essência administrativa, a capacidade escatológica pode ser entendida como olhar para o presente à luz do futuro, no sentido de pensar as realidades que passam à luz de realidades que permanecem. A escatologia é dimensão profundamente enraizada na esperança cristã, sentido em que “chega a seu auge a verdade cristã acerca da vida. A dignidade desta não está ligada apenas às suas origens, à sua proveniência de Deus, mas também ao seu fim, ao seu destino comunhão com Deus no conhecimento e no amor d’Ele” (JOÃO PAULO II, 1995, nº 38).

Só se pode pensar o humano em sua dignidade de pessoa, no Jardim, na natureza, no Chamado a Si e no mandado de Si, sob a tarefa de cultivar e guardar o Jardim, o ambiente de vida e vivência ao se denomina mundo. Há sempre a integridade e unicidade entre as coisas visíveis e invisíveis, possibilitadas e não possibilitadas, e por suas características de unidade e indissolubilidade, “Em toda a natureza encontramos as iniciais de Deus, e todos os seres criados são cartas de amor que Deus endereça a nós” (MOLTMANN, 1993, p. 103).

Compreende-se que não é o invisível o que nos aproxima do Criador, porque mesmo o invisível é criação e constitui a obra de cuidado e acolhimento que é, ao mesmo tempo, contemplativa e convite à pessoa para exercer sua potência de cocriar e administrar. A esponsalidade da qual emana a essência administrativa no ser humano, possibilita reconhecer o Criador, e que tanto o visível quanto o invisível, e, neste sentido, a matéria é, em suas dimensões de visibilidade e não visibilidade, local onde o ser humano deve exercer sua capacidade de dominar a Criação, desenvolvendo-a. Sobre o visível e o não visível, matéria palpável e não palpável, não se deve negar uma ou outra, “quem não crê que ambas as coisas, reconciliadas, chegarão um dia à sua realização e acabamento, nega finalmente que o mesmo Deus criou com uma ação e para um mesmo fim, a matéria e o espírito” (RAHNER, 1969, p. 152).

Essa vida já é eterna, onde se desenvolvem os dons, edificando-se enquanto tarefa, mas em esponsalidade, livre-arbítrio, e dependência subsidiária com o Criador: “a essência temporal do



homem não somente condiciona uma carreira temporal, por fases, em direção ao amor, mas uma historicidade, por fases também, do próprio amor” (RAHNER, 1969, p. 183).

Quando se enfatiza o íntimo humano, está se falando do humano todo, suas vontades, dons e sonhos, suas virtudes e a práxis, e que todo esse ser não se contradiz,

Este pode já existir, pode ser já, em outras palavras, o engajamento do homem na medula da pessoa livre, e, no entanto, a integração de todas as dimensões e capacidades humanas, o amor de Deus de todo coração e com todas as forças, pode ser ainda uma tarefa inacabada. (RAHNER, 1969, p. 183).

Observa-se que, “com a sua doutrina social, a Igreja não persegue fins de estruturação e organização da sociedade, mas de cobrança, orientação e formação das consciências” (João Paulo II, 2004, nº 81). Há o reconhecimento de que, diante do aparecimento dos desafios da hodiernidade, é justo que se indague, “não será, na realidade, um verdadeiro desafio lançado à sabedoria do homem, à sua capacidade de organização e à sua imaginação prospectiva?” (PAULO VI, 1971, nº 10).

Nestes elementos, a esponsalidade e a essência administrativa, cada pessoa é um agente no poder criador, ou seja, se é da mesma descendência, da mesma família, porque se faz a vontade do criador/pai. Mais que fazer afirmativas se está para indagar: Como promover a alteridade humana em esponsalidade com o Criador diante das relações de matrimônio e patrimônio?

6 CONCEPÇÃO DO JARDIM

Toda pessoa em esponsalidade é possibilitada à essência administrativa, se faz conhecedora e perceptiva que todas as pessoas independentes de cultura são “‘carne da sua carne e osso dos seus ossos’ (cf. Gên 2, 23)” (JOÃO PAULO II, 1988 nº 6), e que, ao se olhar, é possível reconhecer a vida e a própria imagem e semelhança ao criador.

Fundamenta-se que as dimensões de parentalidade, de sociabilidade e de economicidade são constitutivas das bases do matrimônio, podendo-se considerar que, com o aparecimento de uma civilização urbana, que volta sua atenção às atividades industriais e comerciais, o ser humano é lançado a superar-se, ou seja, exercer seu mandato de “cultivar e guardar” (Gn 1,15) enquanto “sede fecundos, e multipliquem-se” (Gn 1,28).

A sabedoria humana, mediante a essência administrativa, possibilita ser o administrador da Criação, é instigada a dar respostas quanto à sua capacidade de organização e sua imaginação expectiva de administrar o bem comum e, como bem comum, também se dispõe a pensar a própria disposição e expectativa de cada pessoa para com a Casa Comum.

As pessoas sofrem com as opções de trabalho, quando empregados, pois estão expostos a uma longa jornada de trabalho, e em um ambiente que não propicia uma visão de vida parental na família humana, uma vez que se “o Criador tornou participantes da obra da sua criação o homem e a mulher e, ao mesmo tempo, fê-los instrumentos do seu amor, confiando à sua responsabilidade o futuro da humanidade através da transmissão da vida humana” (FRANCISCO, 2016, nº 81).

Está-se diante de um contexto, em que as pessoas estão sendo obrigadas a não formarem famílias, porque “o casal que ama e gera a vida é a verdadeira ‘escultura’ viva, capaz de manifestar Deus criador e salvador” (FRANCISCO, 2016, nº 11). O afastar-se de nossa humanidade, é um



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PRÁXIS E CUIDADO À CASA COMUM
Odirlei Arcangelo Lovo

afastar-se também dos desígnios do Criador, fazendo com que se esqueça que “de fato, a capacidade que o casal humano tem de gerar é o caminho por onde se desenrola a história da salvação” (FRANCISCO, 2016, nº 11).

A esperança cristã é constitutiva das ações necessárias em busca do objeto esperado, é a celebração da vitória sob a perspectiva práxis, “o homem deve engajar-se, hoje, na aventura de um amor que somente amanhã é como ter de ser, porque ele se abriu hoje numa disposição interior, que pode fracassar, porque hoje não foi como devia ter sido” (RAHNER, 1969, p. 203).

Cada ser humano se percebe possibilitado à sponsalidade com o criador e, assim, percebem o jardim da criação, as condições a serem perpetuadas no “cultivar e guardar” (Gn 1,15), bem como na atitude e no mandamento de “sede fecundos, multipliquem-se” (Gn 1,28) enquanto imagem e semelhança do Criador e é sob esta condição que os esposais foram, são, e serão realizados. O ser humano torna-se o ápice de uma criação necessitada de desenvolvimento, pois a essência administrativa possibilita verificar o que há de proibido em cada fruto, e a não viver o dualismo do fruto proibido e do fruto permitido, segundo Lovo e Sanches (2021, p. 2),

O ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus. O agir humano e o agir de Deus se apresentam enquanto um projeto único, de amor e de cuidado. Todavia, o individualismo e a dicotomia entre o agir humano e o agir de Deus, faz com que se rejeite a obra de Deus no ser humano, mesmo sendo à Sua imagem e semelhança. É necessário superar a crise de sentido e o individualismo pragmático e dicotomizante, que não permite ver o agir humano, como fonte de amor, cuidado e ternura de Deus!

Todo encontro com culturas/tradições dá a possibilidade de se verificar o que há de proibido nesse fruto, que é a própria história do povo, que culmina na união e vivência de duas, e ao mesmo tempo, única história. É preciso ser, um só povo, em um universo de matizes, “o amor é, pois, hoje, tal como deve ser, somente se hoje se reconhece submetido às exigências do amanhã, se se coloca hoje já realmente diante da exigência do amanhã” (RAHNER, 1969, p. 203).

Assim, toda cultura/tradição deve ser compreendida como passos, seguidos no encontro e na sponsalidade, mas deve sempre estar apta a reconhecer o que se fez ou faz, e que, não é parte da edificação do Reino, isso é um superar o caos, a solidão original. O ser humano é húmus da terra, mas a terra é também precedida do nada, ex-nihilo, e entre o ex-nihilo e a terra, há o caos, portanto, há no humano um dissipar-se da solidão original, do nada/ex-nihilo, do caos, para entender-se como ser à imagem e semelhança do Criador.

Os costumes cristãos, desde que entram em ação, exercem naturalmente sobre a prosperidade temporal a sua parte de benéfica influência; porque eles atraem o favor de Deus, princípio e fonte de todo o bem; reduzem o desejo excessivo das riquezas e a sede dos prazeres, esses dois flagelos que frequentes vezes lançam a amargura e o desgosto no próprio seio da opulência (LEÃO XIII, 1891, nº 15).

O cuidado não é a desesperança no hoje, é precisamente a crença de que é hoje que se edificam as possibilidades de um amanhã, o ser humano, mediante a práxis e o eterno ato de refletir possibilitam agir em direção ao Ser, se apresentam cada vez mais administradores e cocriadores do mundo que expectamos. Nesse sentido, cada pessoa é profundamente responsável pela formação de si e de toda pessoa humana.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PRÁXIS E CUIDADO À CASA COMUM
Odirlei Arcangelo Lovo

É de se ressaltar que, o que não constitui necessidade é supérfluo; assim, preza-se que as possibilidades de uns não constituam a ausência de subsídios às necessidades de outros, de modo que a esponsalidade com o Criador não é uma obrigação de transcender, sacramento é o despertar do sentido de transcendência e esponsalidade que há no humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é o administrador e cocriador, no interstício de tempo e espaço que a pessoa tem para edificar a si mesmo. O ser humano, à medida que cocria e administra, concebe a si mesmo, enquanto identidade e personalidade. Não se compreendem como conclusivos os textos que se formam para explorar a essência administrativa, que se apresenta para que se possa pensar, refletir, administrar e analisar o ser humano.

Nesse cenário, evidencia-se que, os núcleos de parentalidade, de sociabilidade e de economicidade, são bases sobre as quais a pessoa se edifica na dinâmica socioeconômica do ser humano enquanto administrador do mundo, administrador em família e da própria família. O homo ad-minister compreende as necessidades, as possibilidades e os subsídios que propiciam administrar, em família e, assim, sempre edifica o reino, neste que é o mundo na contingência de sua Criação.

O ser humano assume o dever de compreender, diante das atitudes de cada pessoa o mistério de si mesmo, neste sentido, se torna imponente o fato de que, desde o início, o ser humano é uma unidade dos dois, homem e mulher. Também essa unidade dos dois, ou melhor, está unidualidade é comunhão de todas as pessoas e povos. Assim, a comunhão e unidade dos que se apresenta à unidualidade, deve agora diante da globalização, da tecnologia, da comunicação e do avançado conhecimento humano, ser pensado como a unidade de todos, ou melhor, uma unipluralidade.

Toda pessoa pertence a uma linhagem biológica e nessa se insere na linhagem genealógica dos seres humanos que se apresentam enquanto unidade, que clama, e realiza-se, ao ver o ser humano “é muito bom”. A terra é esse espaço ventrino, que edifica a vida humana, por intermédio da parentalidade e, por essa, se abre à partilha da vida e vivência humana.

A concepção da vida, que já é eterna, se envolve à responsabilidade humana, de cuidar do jardim, e neste, de cada pessoa/irmão. Isto é, a concepção do jardim eterno, dos eternos templos do Espírito Santo, que edificam e administram o modo de agir para o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, não se enseja o reino, como local a ser conquistado, mas o reino enquanto o Jeito de Reinar. Sob este prospecto, se apresenta o esboço de uma pesquisa em continuidade, pensando o ser humano como o administrador e cocriador, se orienta a aprender, em livre-arbítrio, o jeito de administrar.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. Português. Nova edição revisada e ampliada. São Paulo: Paulus, 2012.
- BRUNER, J. **Atos de significação**. Tradução de Sandra Costa. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2002.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PRÁXIS E CUIDADO À CASA COMUM
Odirlei Arcangelo Lovo

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FRANCISCO. **Amoris laetitia**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2016. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione_ap_20160319_amoris-laetitia.html. Acesso em: 29 set. 2021.

FRANCISCO. **Laudato Si'**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 29 set. 2021.

JOÃO PAULO II. **Cartas às mulheres**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1995. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1995/documents/hf_jp-ii LET_29061995_women.html. Acesso em: 29 set. 2021.

JOÃO PAULO II. **Centesimus annus**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1991. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 29 set. 2021.

JOÃO PAULO II. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em: 29 set. 2021.

JOÃO PAULO II. **Evangelium vitae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1995. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html. Acesso em: 29 set. 2021.

JOÃO PAULO II. **Mulieris Dignitatem**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1988. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1988/documents/hf_jp-ii_apl_19880815_mulieris-dignitatem.html. Acesso em: 29 set. 2021.

JOÃO PAULO II. **Sollicitudo rei socialis**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1987. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acesso em: 29 set. 2021.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 29 set. 2021.

LOVO, Odirlei Arcangelo. Desenvolvimento familiar e Casa Comum. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e33111124911, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24911>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24911>. Acesso em: 6 fev. 2022.

LOVO, Odirlei Arcangelo; SANCHES, Mário Antônio. Dicotomia: visão de ação humana em Deus. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e538101523420, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i15.23420>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23420>. Acesso em: 6 fev. 2022.

MOLTIMANN, JURGEN. **Deus na criação**: doutrina ecológica da criação. Tradução de Haroldo Reimer; Ivoni Richter Reimer. Petrópolis: Vozes, 1993.

PAULO VI. **Gaudium et Spes**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 29 set. 2021.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PRÁXIS E CUIDADO À CASA COMUM
Odirlei Arcangelo Lovo

PAULO VI. **Humanae Vitae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1968. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html. Acesso em: 29 set. 2021.

PAULO VI. **Octagesima Adveniens**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1971. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html. Acesso em: 29 set. 2021.

RAHNER, Karl. **Teologia e Antropologia**. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1969.

SPONHEIM, Paul R. O pecado e o mal. *In*: BRAATEN, CARL E.; JENSON, ROBERT W. (editores). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 359-454.